

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FERNANDA PIRES DA ROSA

**A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA:
UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE EXTENSÃO PARA O CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC**

CRICIÚMA

2015

FERNANDA PIRES DA ROSA

**EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA:
UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE EXTENSÃO PARA O CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a. Ma. Milla Lúcia Ferreira Guimarães

CRICIÚMA

2015

FERNANDA PIRES DA ROSA

**EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA:
UMA PROPOSTA DE PROGRAMA DE EXTENSÃO PARA O CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Formação e Exercício Profissional.

Criciúma, 30 de novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Milla Lúcia Ferreira Guimarães - UNESC - Orientador

Prof^a. Marluci Freitas Bitencourt - UNESC - Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais Sergio Bernardo da Rosa e Justina Pires da Rosa, e a minha amada filha Isadora da Rosa Cipriano, minha aliança eterna, meu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Sempre a Deus em primeiro lugar, pelo dom da vida e pelas bênçãos recebidas que contribuíram para conclusão desta etapa da minha vida.

Aos meus familiares, que sempre estiveram por perto, entendendo-me nas inúmeras horas de inquietações, pelo apoio na realização do curso e, principalmente, pela compreensão nos momentos que precisei estar ausente.

A minha orientadora, professora mestra Milla Lúcia Ferreira Guimarães, pelos ensinamentos construídos e por ter acreditado e confiado em mim, deixando a certeza que vale a pena seguir adiante.

A todos as colegas, em especial: Daiana Schirmer, Kátia de Medeiros Vieira, Daiana de Paula Pereira Damásio, Thais Nunes de Souza, Hérika Dassoler Vassoler, Jane Pereira dos Santos, pelas palavras de incentivo, pelo companheirismo e pelas trocas em sala de aula, vivenciadas no decorrer desta caminhada.

Aos professores da família contábeis, pelos conhecimentos repassados ao longo do curso, sem o qual o aprendizado não seria possível.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender”.

(Paulo Freire)

RESUMO

ROSA, Fernanda Pires da. **A Extensão na Universidade Comunitária: Uma Proposta de Programa de Extensão Para o Curso de Ciências Contábeis da UNESC**. 66 p. Orientador: Prof^a. Ma. Milla Lúcia Ferreira Guimarães. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

Este estudo trata da extensão no ensino superior evidenciando, especialmente, a interação e a troca de saberes entre a universidade e a sociedade como uma das funções que compõem os pilares da instituição universitária. O tema envolve discussões referentes a excelência universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no sentido de construir, produzir e socializar o conhecimento vivenciado no ambiente universitário e concretizá-lo por meio das práticas extensionistas no contexto de mudanças das últimas décadas, fatores que influenciam, inclusive, na própria concepção de Universidade. O objetivo deste estudo consiste em verificar como o Curso de Ciências Contábeis da UNESC pode promover a aproximação de seus professores e estudantes com a comunidade regional no intuito de oportunizar a troca de saberes. Para atingir o objetivo proposto, efetuou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa de levantamento, documental e estudo de caso. Para tanto, buscou-se informações acerca de atividades de extensão realizadas pelos Cursos de Ciências Contábeis em instituições de ensino superior do país. Os resultados apontaram 23 práticas voltadas para a extensão, sendo que 6 iniciativas ocorrem em universidades catarinenses. A partir da missão da UNESC, enquanto universidade comunitária e dos resultados obtidos na pesquisa, propõe-se ao Curso de Ciências Contábeis a criação de um Programa Permanente de Extensão, levando em consideração as especificidades do Curso e da região onde está inserido. Neste contexto, torna-se indispensável analisar a extensão como função acadêmica, pois a partir de sua dinâmica social e da multiplicidade de funções assumidas pela universidade, entre a prática de ensino e a pesquisa, a extensão caracteriza-se como elo de integração do pensar e fazer, da relação teoria-prática na produção do conhecimento. Nesse sentido, a extensão oportuniza a transformação social e a formação de jovens, não só competentes profissionalmente, mas também, conscientes de sua cidadania.

Palavras-chave: Extensão. Ciências Contábeis. Instituições de Ensino Superior. Universidade Comunitária.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da PROPEX.....	30
Figura 2 - Organização dos Programas de Extensão na UNESCO.....	32
Figura 3 - Programas de Extensão na UNESCO x Áreas Temáticas.....	33
Figura 4 – Retorno das Universidades Catarinenses.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metas do PNE (2014-2024) referente ao Ensino Superior	25
Quadro 2 - Denominação das Áreas Temáticas de Extensão	27
Quadro 3- Datas Importantes na Trajetória da UNESCO	29
Quadro 4 - Classificação e Definição de Cursos de Extensão	34
Quadro 5 - Classificação e Definição de Eventos	35
Quadro 6 - Programas Permanentes de Extensão da UNACSA	37
Quadro 7 - Classificação das Universidades Catarinenses.....	40
Quadro 8 - Região Nordeste	43
Quadro 9 - Região Centro Oeste	45
Quadro 10 - Região Sudeste	46
Quadro 11 - Região Sul	46
Quadro 12 - Programas e Projetos de Extensão das Universidades Catarinenses...	46
Quadro 13 - Áreas Temáticas para o PACS.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Atividades de Formação Complementar
APE	Atividades Práticas Específicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSU	Conselho Universitário
CPC	Centro de Práticas Contábeis
CPEAT	Coordenação de Pós-Graduação, Extensão e Apoio Técnico
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ESCCA	Escola Superior de Ciências Contábeis e Administração
ESEDE	Escola Superior de Desportos
ESTEC	Escola Superior de Tecnologia
FACIECRI	Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FUCRI	Fundação Educacional de Criciúma
GT	Grupo Técnico
IALI	Instituto de Alimentos
IES	Instituição Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPAT	Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas
IPARQUE	Parque Científico e Tecnológico
IPES	Instituições Públicas do Ensino Superior
IPETE	Instituto de Pesquisa em Tecnologia Educacional
ITEC.IN	Incubadora Tecnologia de Ideias e Negócios
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NECON	Núcleo de Estudos Contábeis
NEGEO	Núcleo de Estudos de Gestão Organizacional
PACS	Programa de Assessoria Contábil para Sustentabilidade
PAES	Programa de Ações em Economia Solidária
PEDIC	Programa de Extensão em Direito e Cidadania
PIO	Processo Interdisciplinar Orientado
PNE	Plano Nacional de Educação
POPE	Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor
PROEXT	Programa Nacional de Extensão Universitária
PROPEX	Pró-Reitoria de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
RENEX	Rede Nacional de Extensão
SIEXBRASIL	Sistema Nacional de Informação de Extensão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNAS	Unidades Acadêmicas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIFACRI	União das Faculdades de Criciúma

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA, PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÃO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: CAMINHOS PERCORRIDOS	16
2.2 TIPOLOGIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	17
2.3 UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	20
2.4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	21
2.4.1 Pilares de Sustentação: Ensino-Pesquisa-Extensão	23
2.4.2 A inserção da Extensão nos Currículos e Formas de Avaliação	24
2.4.3 A Rede Nacional de Extensão (RENEX)	27
2.5 A EXTENSÃO NA UNESCO: UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA	28
2.5.1 A Gestão da Extensão na UNESCO	30
2.5.2 O Desenvolvimento da Extensão na UNESCO	31
2.5.2.1 Programas de Extensão	32
2.5.2.2 Projetos de Extensão Universitária	33
2.5.2.3 Cursos de Extensão	33
2.5.2.4 Eventos de Extensão	34
2.5.2.5 Prestação de Serviços	35
2.5.2.6 Ação Comunitária	36
2.5.2.7 Ação Voluntária	36
2.5.2.8 Publicações e Outros Produtos Acadêmicos	36
2.6 A EXTENSÃO NA UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNESCO	36
3 MEDODOLOGIA DA PESQUISA	38
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	38

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	39
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	41
4.1 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC.....	41
4.2 RESULTADOS DAS PESQUISAS.....	43
4.3 PROPOSTA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO PARA O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC.....	47
4.3.1 Objetivo Geral do PACS.....	48
4.3.2 Objetivos Específicos do PACS:.....	48
4.3.3 Justificativa.....	49
4.3.4 Funcionamento do PACS:.....	49
4.3.5 Estrutura do PACS.....	50
4.3.6 Professor Responsável pelo PACS.....	50
4.3.7 Possíveis Projetos/Ações de Extensão Vinculados ao PACS.....	51
4.3.8 Resultados Esperados.....	52
4.3.9 Articulação da Proposta com o Ensino e/ou a Pesquisa.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXO (S).....	59
ANEXO A – Demoninação das Linhas de Extensão.....	60
ANEXO B – Classificação e Definição de Prestação de Serviço.....	65
ANEXO C – Classificação e Definição de Publicações e Outros Produtos Acadêmicos.....	66

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo consiste em explicar o tema e problema da pesquisa, em seguida, apresentam-se os objetivos do estudo, bem como a justificativa para a pesquisa e a forma em que está estruturada.

1.1 TEMA, PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÃO PROBLEMA

Todas as transformações globais que vêm ocorrendo nos ambientes socioeconômico, político e cultural, têm despertado grande interesse do sistema de ensino superior brasileiro, que vem se desenvolvendo de forma rápida e crescente, tendo como caráter essencial das universidades, associar o tripé ensino-pesquisa-extensão. As atividades de extensão, no entanto, ganham ênfase como instrumento de integração entre a comunidade universitária e a sociedade nos últimos anos.

A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que permite articular, de maneira indissociável, o ensino e a pesquisa, além de viabilizar uma relação transformadora entre universidade e sociedade. Como um instrumento institucional permite a troca de saberes e experiências entre professores, estudantes e a população, oportunizando mudanças sociais e o confronto teoria e prática na concretude da realidade social.

A Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) é uma universidade comunitária que tem como missão “educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”, estabelecendo uma relação interativa com a comunidade. Por meio do envolvimento de professores e estudantes a UNESC desenvolve atualmente diversos programas, projetos e ações de extensão (UNESC, 2010).

A UNESC oferta atualmente 53 cursos de graduação, dentre eles encontra-se o Curso de Ciências Contábeis da UNESC que tem por objetivo viabilizar a formação de profissionais competentes, dinâmicos e empreendedores, como cidadãos participantes e responsáveis pela promoção do desenvolvimento sustentável da região, em seus aspectos econômico, social e ambiental.

Neste contexto, têm-se a seguinte questão-problema: Como o Curso de Ciências Contábeis da UNESC pode promover a aproximação de seus professores e estudantes com a comunidade regional no intuito de oportunizar a troca de saberes?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste estudo consiste em verificar como o Curso de Ciências Contábeis da UNESC pode promover a aproximação de seus professores e estudantes com a comunidade regional no intuito de oportunizar a troca de saberes.

Para alcançar o objetivo geral deste estudo têm-se como objetivos específicos:

- averiguar os tipos de instituições de ensino superior existentes no Brasil;
- descrever os principais itens das políticas da UNESC voltadas para a extensão;
- identificar as atividades de extensão dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Catarinenses;
- apresentar proposta de programa de extensão para o Curso de Ciências Contábeis da UNESC.

1.3 JUSTIFICATIVA

A UNESC, ao afirmar seu compromisso social, vem atuando fortemente no sentido de oferecer condições para que professores e estudantes ingressem em práticas de extensão visando não só o reconhecimento da instituição como uma universidade cidadã na medida em que contribui com os saberes construídos na academia na solução dos problemas sociais, mas também, colocando a extensão como uma atividade acadêmica tal qual o ensino e a pesquisa.

Em nível de contribuição teórica esta pesquisa torna-se relevante na medida em que pretende provocar nos partícipes do Curso de Ciências Contábeis (gestores, professores e estudantes) o desafio de socializar os conhecimentos adquiridos na universidade com a comunidade regional e, ao mesmo tempo, conhecer a possibilidade de, por meio da extensão, oferecer outro espaço de ensino e aprendizagem, de cooperação e desenvolvimento de competências.

Neste contexto, visando à construção de conhecimentos, a extensão universitária, como processo interdisciplinar, educacional, cultural, científico e político, que promove a inter relação transformadora entre universidade e a sociedade, oportuniza o desenvolvimento das ações sociais, melhorando a

capacidade técnica e teórica dos estudantes, tornando-a elemento fundamental de formação profissional.

Assim, pesquisas como esta, buscam proporcionar aos alunos e futuros profissionais de Ciências Contábeis, uma relação próxima à sociedade além de proporcionar uma reflexão e a contextualização dos conhecimentos teóricos sobre os processos de ensino e aprendizagem promovidos pela academia. A proposta procura estimular novas investigações e relacionar o tripé ensino, pesquisa e extensão, provocando aos acadêmicos uma reflexão sobre a contribuição da extensão na formação de ações que envolvam várias situações da realidade local e na sua formação de estudante universitário.

Ademais, o estudo torna-se oportuno visto a aprovação, em 2014, pelo Ministério da Educação (MEC), do Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência até 2024. O PNE está organizado em 20 metas com definições de estratégias para alcançá-las. Uma das estratégias impõe a necessidade dos cursos de graduação de assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, colocando na agenda de discussões das universidades e dos cursos de graduação a temática da inserção curricular da extensão.

1.4 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

O estudo está dividido em cinco capítulos, incluindo este de caráter introdutório, o segundo capítulo objetiva apresentar o assunto abordado. No capítulo seguinte, apresenta-se o enquadramento metodológico e os procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados.

No quarto capítulo apresenta-se uma proposta de programa de extensão universitária para o Curso de Ciências Contábeis da UNESC e, por fim, no quinto capítulo expõem-se as considerações finais em resposta a questão problema da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo aborda os caminhos percorridos pelo ensino superior, os tipos de instituições de ensino em nível superior, o desenvolvimento do conhecimento nas universidades brasileiras, os aspectos da relação entre extensão, universidade e sociedade, destacando sua origem e trajetória.

2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: CAMINHOS PERCORRIDOS

A busca constante pela qualidade de ensino e a expansão do número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, após a Reforma Universitária¹, passou a requerer novos padrões, associando o ensino à pesquisa. As novas exigências culminaram com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 que, entre outras demandas da comunidade acadêmica, criou em 1993 a Comissão Nacional de Avaliação, tendo como objetivos estabelecer diretrizes e viabilizar a implementação do processo de avaliação nas universidades. Posteriormente, no ano de 1996 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A partir de 2003 com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), pela Lei nº. 10.861/04, incluindo um novo sistema de abordagem para exames de cursos, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), ocorrendo umas séries de mudanças nas políticas de educação superior (BRASIL, 2004).

O novo sistema de avaliação contempla mecanismos e procedimentos que vêm privilegiar os docentes envolvidos com os cursos de graduação, em termos de produtividade e qualificação, assim como das competências dos alunos formandos, como proposta de verificação dos resultados do ensino nas universidades.

A educação superior no Brasil, após a reforma universitária está organizada em diversas instituições de direito público e privado e abrange vários tipos de cursos e programas, incluindo desde graduação até a pós-graduação *lato sensu* (especializações e *MBA's*) e *stricto sensu* (Mestrados e Doutorados).

¹Reforma Universitária de 1968, que se tratava de um conjunto normativo à estruturação e o funcionamento das universidades.

A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu art. 207 que as universidades “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Neste cenário, percebe-se que a evolução e a expansão do ensino superior, entropõe-se por diversas relações do cenário político, social e econômico, e acabou por promover um sistema avaliativo com intuito de privilegiar a educação de qualidade.

2.2 TIPOLOGIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

As tipologias das IES no Brasil são regulamentadas pela Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trouxe alterações significativas ao ensino superior brasileiro. A referida lei estabelece, em seu art. 43, as finalidades da educação superior:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

Em relação à categoria administrativa, as instituições de ensino superior brasileiras classificam-se: públicas ou privadas. As instituições públicas são vinculadas aos governos, na forma federal, estaduais ou municipais; as privadas,

que são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Conforme art. 20 da Lei nº. 9.394/96, as instituições privadas de ensino se classificam em:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II – comunitárias assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessionais assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei (BRASIL, 1996).

O sistema de ensino superior brasileiro ganhou força com a reforma universitária, houve a expansão do setor privado, e também diversificou o formato das instituições, que eram constituídas anteriormente por instituições não lucrativas, em geral confessionais. Ademais, um formato diferente e inovador de instituições de ensino se desenvolveu trazendo indicativos de entidades voltadas ao interesse público, as denominadas Instituições Comunitárias de Educação Superior.

As Instituições Comunitárias da Educação Superior não possuem finalidade lucrativa e reinvestem todos os resultados na atividade educacional. São criadas e mantidas pela sociedade civil e contribuem para o desenvolvimento do país por meio da oferta de educação de qualidade. As comunitárias têm vocação pública. Estão voltadas ao desenvolvimento das comunidades e não ao interesse pessoal ou particular (UNESCO, 2015).

A nova Constituição Federal (1988) fortaleceu ainda mais o setor ensino privado, que pode ser classificado em duas categorias: instituições tipo comunitário e/ou confessional, e as instituições empresariais, destacando-se no art. 209: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendida as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (BRASIL, 1988)”.

Esses modelos de IES foram oportunizados por um movimento que visava sua integração, a organização e funcionamento, firmando sua identidade por meio do art. 213 na nova Constituição Federal (1988):

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - Comproven finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovações realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

De acordo com o Decreto nº 5.773/06, as instituições de educação superior, quanto à estruturação e organização acadêmica, são credenciadas como:

I – Faculdades: são instituições de ensino superior que atuam em um número menor de áreas do conhecimento em seus cursos. Muitas vezes, são especializadas e oferecem apenas cursos na área de saúde ou de economia e administração;

II - Centros Universitários: assim como as universidades, têm graduações em vários campos do saber e autonomia para criar cursos no ensino superior, em geral, são menores do que as universidades e têm menor exigência de programas de pós-graduação, e;

III – Universidades: obrigatoriamente devem proporcionar atividades de ensino, pesquisas de extensão constituindo eles de serviços ou atendimentos para a sociedade em várias áreas do conhecimento. As universidades possuem total independência podendo criar cursos sem requerer autorização ao Ministério da Educação (MEC, 2006).

De acordo, com o art. 52da LDB, as universidades são caracterizadas pelo desenvolvimento pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral (BRASIL, 1996).

Neste novo contexto, segundo Cittadin (2011), as universidades caracterizam-se pelo desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, possuem autonomia em relação ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, sendo um diferencial destas instituições à aplicação de recursos em capacitação e manutenção do corpo docente e investimentos em pesquisa e extensão, se diferenciando das demais organizações acadêmicas.

2.3 UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

De acordo, com Síveres (2009 *apud* Silva *et al.*, 2011) as Universidades Brasileiras, em seus primeiros anos de fundação desenvolveram uma prática formativa baseadas em um referencial filosófico, não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias.

A segunda experiência tinha como alicerce a educação pública de qualidade, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento, com esta finalidade buscava a pesquisa e a formação de professores, pois esses seriam os agentes formadores dos futuros intelectuais promovendo as mudanças sociais (SÍVERES, 2009 *apud* Silva *et al.*, 2011).

A terceira teria como referência as experiências anteriores, na qual a produção do conhecimento deveria ser crítico, criativo, e propulsor no desenvolvimento do país, podendo influenciar por meio deste conhecimento o ensino, pesquisa e extensão (SÍVERES, 2009 *apud* Silva *et al.*, 2011).

Desde a reforma universitária, também surgiu nas universidades brasileiras à responsabilidade social, que vem passando por uma expansão significativa do conhecimento técnico e científico, acompanhado os novos conceitos de gestão e compromisso social com relação à sociedade, em atividades de ensino, pesquisa e extensão cada vez mais entrelaçados as necessidades do mercado e as demandas econômicas.

Como parte da sociedade a universidade media às contradições sociais e as políticas públicas, buscando a formação humana e a qualificação profissional, sendo desafiada a pensar como instituição qualificada que assume uma multiplicidade de funções.

As universidades fundamentam-se desde a sua criação como produtora e transmissora do conhecimento, tendo como pilares construtivos, segundo a Constituição Federal (1988), o ensino, pesquisa e extensão, que são atividades indissociáveis e um meio de aprendizado, do desenvolvimento de novos conhecimentos e a integração a comunidade ao qual está inserida (BRASIL, 1988).

Todas as IES do Brasil devem ser credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC). Para se tornar universidade há necessidade de submeter ao MEC um projeto como no mínimo três programas de pós-graduação e pesquisa *Stricto Sensu*, para uma faculdade exige-se um currículo mínimo para a realização de um curso, não sendo necessária atividade de pesquisa e extensão, já os centros universitários são compreendidos como uma transição entre faculdade e universidade.

Entende-se que o ensino universitário abrange não somente a construção do conhecimento na academia, mas a pesquisa aplicada e a extensão. Caracterizando, assim a universidade viva.

2.4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O primeiro registro oficial de Extensão Universitária está no Estatuto da Universidade Brasileira no Decreto nº 9.851/31, em seu art.42, no qual a extensão universitária deveria realizar por meio de curso e conferência de caráter educacional ou utilitário, destinados “principalmente a difusão de conhecimentos e à solução de problemas sociais” e a propagação de um conjunto de pensamentos e princípios de interesse social (BRASIL, 1931).

Este modelo permaneceu até o início dos anos de 1960, quando surgiu a definição das áreas de atuação extensionista. Segundo Síveres (2009 *apud* Silva *et al.*, 2011) nesse época se iniciou um modelo de extensão baseado no desenvolvimento da comunidade.

Com a Reforma Universitária de 1968, na tentativa de vincular a extensão à ideia de compromisso social da universidade, há a formulação de uma nova compreensão de extensão em contraposição com a anterior, sendo colocada como uma prática oficial, permitindo uma abertura no processo de institucionalização, ela ainda aparece “sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas” que estenderão à comunidade (BRASIL, 1968).

Anteriormente, as atividades extensionistas preocupavam-se com a politização dos jovens e a expansão da cultura popular, tomando um formato assistencialista e restringindo-se à prestação de serviço.

De acordo com Cabral (2012), durante a década de 1980, a extensão tomou um lugar de destaque nos estudos, com o fortalecimento institucional, começou a configurar um novo paradigma para a extensão na busca da construção, ampliação e consolidação da cidadania, em uma ação conjunta das universidades voltadas a população. Assim, a extensão passa pela primeira vez, como atividade acadêmica no mesmo patamar do ensino e da pesquisa contribuindo para a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, a concepção de extensão é revisada. O FORPROEX tem como finalidade coordenar as reflexões sobre extensão, discutindo a função social da universidade, aprofundando o debate sobre a sua institucionalização, intensificando e fortalecendo o diálogo político, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades. Assim expressa no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, um novo conceito:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 1987).

A conceituação de extensão formulada pelo FORPROEX assume a função de produção e de socialização do conhecimento, pretendendo a intervenção, possibilitando na realidade acordos e ações coletivas entre universidade e sociedade. Voltada para uma universidade atenta aos problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções por meio da pesquisa aplicada, realimentando processo ensino-aprendizagem como um todo.

O FORPROEX trouxe mais claro os desafios a ser enfrentados pelos avanços da institucionalização da extensão, fato que, mesmo com características

favoráveis, encontra novos contrapontos. Novos progressos foram estabelecidos pelo MEC, sob forte estímulo e ampla colaboração do FORPROEX, um diálogo que resultou na criação em 1993, das diretrizes políticas para o Programa Nacional de Extensão Universitária (PROEXT), especificando as diretrizes e os objetivos, tipos de ações a ser desenvolvidas e da metodologia a adotada, quanto a sua implementação assim como definição dos critérios para o apoio financeiro da extensão universitária.

Outra iniciativa importante foi a elaboração Plano Nacional de Extensão (PNE), publicado em 1999, com a intenção de alavancar o desenvolvimento das ideias para uma política nacional de extensão, esse plano permite a unidade nacional dos programas de extensão das universidades brasileiras, a garantia de recursos financeiros, o reconhecimento pelo Poder Público do papel da Extensão na concepção de Universidade Cidadã, a viabilidade de solução de problemas sociais.

Neste contexto, a extensão no âmbito universitário oportuniza a reflexão acerca dos significados e importância de suas práticas na medida em que procura alinhar as demandas da sociedade com a sua finalidade primeira de construção de saberes, pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

2.4.1 Pilares de Sustentação: Ensino-Pesquisa-Extensão

O ensino universitário discute e aprofunda um novo conceito, não só a transmissão do conhecimento em sala de aula, mas que englobe todos os espaços, (não se limitando ao espaço físico), que compreenda o processo histórico-social, passando a expressar conteúdos, como decorrente a objetivação da pesquisa, através da extensão.

Para Saviani (1986), “o ensino que não levar em consideração o meio social e histórico do homem e, ao mesmo tempo, a contribuição do conhecimento científico, tem poucas condições de eficácia e certamente se tornará uma forma de alienação”.

De acordo com Sleutjes (1999), a pesquisa é o aprofundamento do conhecimento, nasce na busca de soluções, pelo novo, pela investigação, pela descoberta, pode ser pura ou aplicada: sendo que a pesquisa pura pode ser entendida de duas formas: que constitui a base do saber em todas as áreas do conhecimento humano e a que resulta da atividade do professor que se recicla, já a

pesquisa aplicada refere-se a um conhecimento que pode não representar necessariamente uma descoberta, mas que pode introduzir diferença significativa na realidade, diversificando as possibilidades, uma atividade que dá sustentação ao ensino, favorecendo o diálogo, onde será necessário identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

Conforme Martins Filho (1997 *apud* Sleutjes *et al.*, 1999, p. 108), “o primeiro compromisso da pesquisa universitária é com a geração de conhecimento novo e com a transmissão desse conhecimento às salas de aula, o que só é possível com a detenção de saber próprio e a qualificação científica progressiva de seus professores”.

A extensão universitária é uma parte indispensável no pensar e fazer acadêmico, assumindo uma luta pela institucionalidade, adotando medidas e procedimentos redirecionando a política, reafirmado seu compromisso em forma de ações, de igualdade e desenvolvimento social, colocando-se como prática acadêmica interligando a universidade em suas atividades de ensino-pesquisa-extensão com a sociedade.

De acordo com Ospina (1990 *apud* Sleutjes *et al.*, 1999) ao aceitar que a missão das universidades, em um sentido mais amplo, possa ser de transformar a sociedade por meio do conhecimento do potencial humano, consideramos ensino-pesquisa-extensão são funções pelas quais a missão se realiza.

Portanto pode-se afirmar que extensão é atividade que vinculada ao ensino e à pesquisa, é o elo que vincula a universidade com a sociedade, bastando apenas promover propostas de ações que concretizem a formação acadêmica e a integração entre aluno/professor/universidade/sociedade.

2.4.2 A inserção da Extensão nos Currículos e Formas de Avaliação

Um dos passos fundamentais para a universalização da Extensão Universitária está em sua inclusão nos currículos, flexibilizando-os e imprimindo neles um novo significado. Não se tratando apenas de aproveitamento de créditos de atividades extensionistas, mas sua inclusão criativa no projeto, nos cursos universitários, como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento.

O PNE (2001-2010) estabeleceu metas importantes para o desenvolvimento da Extensão Universitária, que foram solidificadas por meio da Lei nº. 13.005/2014, que aprovou o PNE para o decênio 2014-2024, o qual define os objetivos e metas da política educacional brasileira para os próximos 10 anos em todos os níveis de ensino: infantil, básico e superior. Algumas das metas referentes ao ensino superior são apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Metas do PNE (2014-2024) referente ao Ensino Superior

META	TEMA	DESCRIÇÃO
12	Acesso à educação superior	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.
13	Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.
14	Acesso à pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.

Fonte: Brasil (2014).

A meta 12 é, pois, a que trata do objeto deste estudo na medida em que apresenta como uma das estratégias para seu êxito (12.7) assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

A contribuição destas ações para a produção do conhecimento e a formação de estudantes, professores e técnicos administrativos e sua efetividade para a transformação da universidade e da sociedade dependem também da construção de um sistema de informações e de indicadores (sistema de monitoramento e avaliação) que permitam estas avaliações.

Esse sistema de monitoramento e avaliação tem abrangência nacional, pelo menos quanto aos seus aspectos gerais. O sistema deve ser construído em parceria com instituições de caráter nacional, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do MEC, e estar articulado com os sistemas de monitoramento e avaliação já existentes; por exemplo, o Censo da Educação Superior. Sistemas de âmbito local ou regional podem ser construídos,

com um sistema nacional, de forma a complementarem o registro de informações ou a avaliação de ações extensionistas específicas (FORPROEX, 2012).

Considerando a importância de se mensurar a contribuição oferecida pelas ações extensionistas para a produção e transmissão do conhecimento e transformação social, o FORPROEX fez proposições para orientar a construção de um sistema de monitoramento e avaliação nacional (FORPROEX, 2001a). No qual são estabelecidos os parâmetros para a avaliação, tendo em vista as especificidades das Universidades e a relação da Extensão Universitária com o Ensino e a Pesquisa. As dimensões do sistema proposto são as seguintes: 1. Política de Gestão; 2. Infraestrutura; 3. Relação Universidade – Sociedade; 4. Plano Acadêmico; 5. Produção Acadêmica.

A proposta do FORPROEX contempla as categorias que devem organizar o sistema, os indicadores (quantitativos e qualitativos) com os respectivos procedimentos metodológicos e as possíveis fontes de informação para sua produção. Importante recomendação, feita pelo FORPROEX, é a de que “a avaliação nacional da extensão universitária deve ser centrada no processo, em razão da própria natureza da extensão”, com a inclusão da Extensão Universitária na matriz de alocação de recursos (FORPROEX, 2001, p. 56).

Além das exigências específicas colocadas para as IES, a questão da avaliação da Extensão Universitária está na pauta de todas as Instituições Públicas do Ensino Superior (IPES), como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (Lei nº. 10.861/2004), cuja preocupação central envolve os impactos acadêmicos e sociais do ensino superior. Sendo destacadas nesta Lei, em seu art. 3º, as dimensões relacionadas à Extensão Universitária a ser contempladas pelo SINAES, conforme segue:

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; IV – a comunicação com a sociedade (BRASIL, 2004).

Ainda no que se refere à avaliação, cabe ressaltar que a Extensão Universitária deve ser entendida como processo formativo, prospectivo e qualitativo,

a ser mensurado por critérios objetivos (relatório, trabalho escrito, publicação ou comunicação) e subjetivos (compromisso, dedicação). Esse processo deve estar integrado à avaliação dos objetivos e metas do programa ou projeto extensionista, assim como à avaliação dos efeitos da participação do estudante sobre os problemas sociais. Visando contribuir nessa direção, o FORPROEX, por meio da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão, está também desenvolvendo um programa, constituído por três projetos, assim denominado: Capacitação em Avaliação da Extensão Universitária, Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira e Avaliação de Impacto dos Projetos do PROEXT.

2.4.3 A Rede Nacional de Extensão (RENEX).

A criação da Rede Nacional de Extensão (RENEX), iniciativa do FORPROEX, tem como função manter o cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informação de Extensão (SIEX/Brasil), por meio de um banco de dados sobre as práticas de extensão no país.

As áreas temáticas que devem ser consideradas para registro das atividades de extensão foram definidas e publicadas pelo FORPROEX, em 2001 e passaram por atualização em 2006.

O Quadro 2 apresenta as oito áreas temáticas adotadas pelo RENEX, nas quais as ações de extensão devem ser classificadas. Nos casos em que a atividade se relacionar com mais de uma área, deve-se estabelecer uma delas como área temática principal e, opcionalmente, outra como área temática complementar.

Quadro 2 – Denominação das Áreas Temáticas de Extensão

1	Comunicação
2	Cultura
3	Direitos Humanos e Justiça
4	Educação
5	Meio Ambiente
6	Saúde
7	Tecnologia e Produção
8	Trabalho

Fonte: RENEX (2015).

A missão fundamental da classificação das áreas temáticas é a de dar respostas às necessidades da sociedade (RENEX, 2015).

Todas as ações de Extensão Universitária devem ser classificadas também em Áreas do Conhecimento, tendo por base as definições do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq/CAPEs), as quais são: Ciências Exatas e da Terra Ciências Biológicas, Engenharia/Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes; e Outros.

A RENEX (2015) passou a adotar a denominação Linha de Extensão para apontar e delinear os temas permitindo a nucleação das ações de extensão, possibilitando a construção de programas. As linhas de extensão não são, necessariamente, ligadas a uma área temática, em especial, podendo se registrada com uma ou mais áreas conforme o tema.

As Linhas de Extensão (Anexo A) vem acompanhadas por descrições que discriminam formas de operacionalização mais comuns para melhor identificação da linha à qual a ação se vincula. Todas as linhas admitem ações de extensão com intuito de não só para formação, mas também para a qualificação de pessoas (FORPROEX, 2007).

2.5 A EXTENSÃO NA UNESC: UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

A trajetória de extensão da UNESC é relatada na Resolução nº. 12/2015 do Conselho Universitário (CONSU) o documento menciona a criação da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) em 1968, a criação das primeiras escolas ou faculdades voltadas às necessidade da área da educação: FACIECRI (Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma), ESEDE (Escola Superior de Desportos), ESCCA (Escola Superior de Ciências Contábeis e Administração) e ESTEC (Escola Superior de Tecnologia).

Sendo mantenedora das escolas e faculdades, em 1973, a FUCRI, centraliza o registro das atividades de extensão como função da Secretaria Geral, responsável pela coordenação, supervisão e execução das atividades de extensão. Posteriormente, uma série de ações e eventos colaboraram com a promoção da extensão na UNESC, conforme retrata no Quadro 3:

Quadro 3 - Datas importantes na trajetória da extensão da UNESC.

DATAS	HISTÓRICO	FUNÇÃO
1987	Criação Coordenação de Pós-Graduação, Extensão e Apoio Técnico (CPEAT).	Proceder aos Registros dos Cursos de Extensão e Aperfeiçoamentos.
1998	Início do relacionamento com diversas empresas por meio do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (IPAT).	Criando uma via para articulação do ensino, pesquisa e extensão através prestação de serviços junto à comunidade externa.
2000	Definem-se os pressupostos na área da Extensão e a UNESC.	Assume seu compromisso de presença e intervenção na sociedade, conhecendo seus problemas e proporcionando aos acadêmicos uma visão de mundo mais real.
2001	Nova direção: Diretoria de Extensão e Ação Comunitária.	Promove diversas adequações e transformando os setores em programas.
2007	Criação das Unidades Acadêmicas (UNAS).	UNAHCE, UNASAU, UNACSA E UNACET.
2009 a 2012	Promoção de ações com intuito de fortalecer a indissociabilidade entre as dimensões da educação superior, priorizando a inserção na comunidade regional e a formação acadêmica.	Ações como regulamentação e normatização das regras de distribuição dos recursos (fomento, horas, docentes, bolsas para estudantes) na forma de editais, elaboração e aprovação das políticas institucionais de arte e cultura, editoração, esportes, museu, pós-graduação <i>lato-sensu</i> cursos extensão.
2011	Foi instituído o Parque Científico e Tecnológico (IPARQUE)	Marco que consolidou a prestação de serviço como um instrumento de extensão da instituição.
2013 a 2017	Nova equipe de gestores	Que teve como desafio continuar a fortalecer a extensão com parte de um tripé-ensino, pesquisa e extensão, essencial para uma instituição comunitária. Formulação de uma Nova Política de Extensão da UNESC com a participação da comunidade acadêmica.

Fonte: Políticas Extensão da UNESC (2015).

De acordo com a Resolução nº. 12/2015 do Conselho Universitário (CONSU), a qual aprova as Políticas de Extensão da UNESC, a instituição é o espaço aberto à comunidade e a extensão é “assumida como dimensão que proporciona aos docentes e discentes o contato com a realidade social favorecendo a articulação do ensino e da pesquisa” (UNESC, 2015).

O documento menciona ainda que o impacto social esperado pelas atividades de extensão não se dá meramente por meio de qualificação, mas especialmente pelo processo de construção e de execução das demandas sociais que tenham a “justiça social, a cidadania e a dignidade da pessoa humana como referências” (UNESC, 2015).

Enquanto universidade comunitária, a UNESC assume a extensão como dimensão que proporciona aos professores e estudantes o contato com a realidade

social, partilhando conhecimento e se retroalimentando nesse diálogo, favorecendo a articulação do ensino e da pesquisa. “É uma via dupla: a universidade não só ensina, mas também aprende e se reinventa nesse diálogo” (UNESC, 2015).

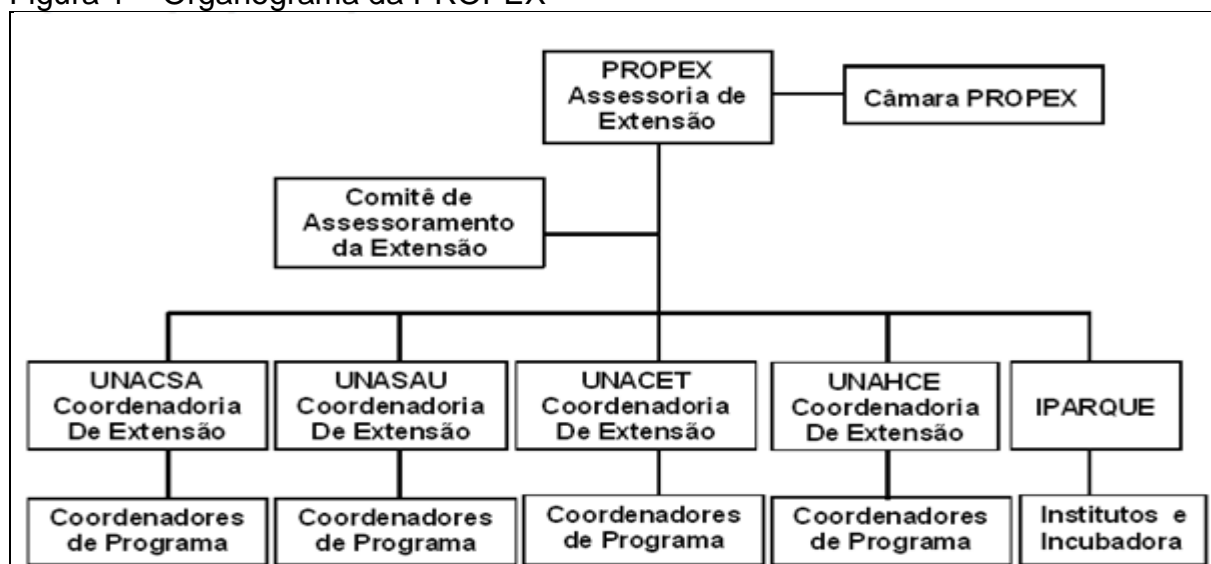
Um dos diferenciais das universidades comunitárias é, pois, a inserção junto às comunidades regionais e o seu compromisso com a extensão. Além de divulgar o conhecimento científico pelo ensino e produzir novo conhecimento por meio da pesquisa, as universidades comunitárias se esforçam para partilhar o conhecimento, a arte e a cultura com as comunidades.

2.5.1 A Gestão da Extensão na UNESC

A gestão das atividades de extensão é efetuada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX), por meio da Assessoria de Extensão. Na estrutura administrativa da instituição há quatro unidades acadêmicas, as quais são: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Ciências, Engenharia e Tecnologia; Humanidades, Ciências e Educação, que coordenam as atividades ensino, pesquisa e extensão na sua área de atuação (UNESC, 2015).

A Figura 1 apresenta o organograma da gestão da extensão da UNESC.

Figura 1 – Organograma da PROPEX



Fonte: UNESC (2015)

A Universidade também conta com o IPARQUE e seus institutos (IALI – Instituto de Alimentos, IPAT – Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada e

IPETE – Instituto de Pesquisa em Tecnologia Educacional) e uma incubadora (ITEC.IN – Incubadora Tecnologia de Ideias e Negócios), que participam da gestão da extensão, em especial, daquela desenvolvida na forma de prestação de serviços.

A nova gestão (2013-2017) constituiu a construção de fóruns de avaliação, os quais ocorrem anualmente, além do Fórum Geral de Extensão da Instituição, que se caracterizam como espaços coletivos e consultivos, de avaliação, formulação, mobilização e proposição das atividades extensionistas da instituição, envolvendo docentes e discentes em debates institucionais e nas UNA's (UNESC, 2015).

Convém destacar a realização de iniciativas de fortalecimento da extensão na instituição, dentro as quais podem-se citar a criação do Programa Extensão Território Paulo Freire², o Programa Você na UNESC, o Programa de Formação Permanente em Extensão, o papel das UNA's, a reformulação dos créditos e duração dos projetos aprovados por Editais internos; incentivo a produção acadêmica em extensão com a criação da coleção *e-books* “Práticas e Saberes em Extensão” e a decisão de lançar uma revista de extensão na UNESC.

2.5.2 O Desenvolvimento da Extensão na UNESC

O desenvolvimento da extensão da UNESC tem por objetivo promover a integração do conhecimento entre a universidade e sociedade, envolvendo a comunidade acadêmica em ações articuladas, interprofissionais e interinstitucionais, contribuindo para a consolidação da missão institucional (UNESC, 2015).

A relevância social da extensão é concedida em três eixos norteadores: a) a formação humana e técnica da comunidade acadêmica, na esteira do princípio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa; b) o compromisso com o empoderamento comunitário e com o desenvolvimento econômico, humano e social, em especial, da área de atuação da instituição; c) o reconhecimento da importância

²O programa de Extensão Território Paulo Freire é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão da UNESC em parceria com lideranças comunitárias da Região da Grande Santa Luzia e com a União de Associações de Bairros de Criciúma (UABC), levando em consideração as demandas da população dos bairros da Grande Santa Luzia. Tem por objetivos desenvolver projetos que ampliem a capacidade de autonomia das comunidades no entorno da instituição. A UNACSA participa do Território Paulo Freire com a execução de quatro projetos.

de primar pelos princípios de sustentabilidade ancorada no tripé econômico, social e ambiental, em especial, da área de atuação da instituição (UNESC, 2015).

A Figura 2 apresenta a organização dos programas de extensão na UNESC.

Figura 2 – Organização dos Programas de Extensão na UNESC



Fonte: UNESC (2015)

Conforme demonstra a Figura 2, a organização dos programas de extensão na UNESC se dá por meio de cursos, ações continuadas, projetos, prestação de serviços e eventos direcionados à extensão universitária.

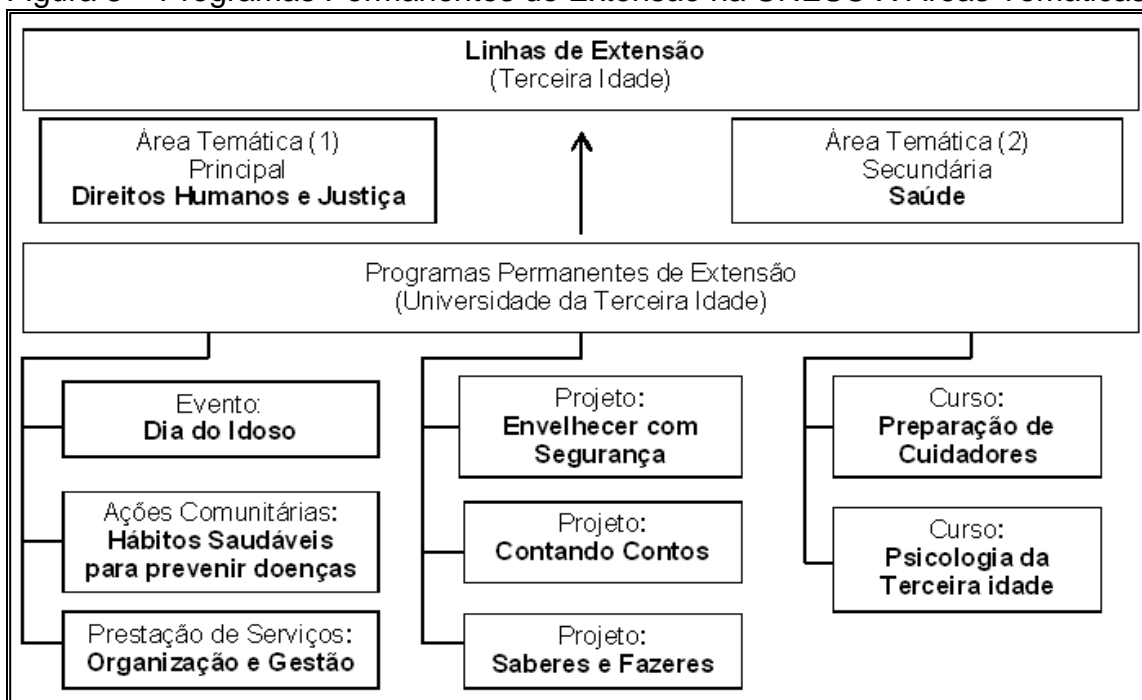
2.5.2.1 Programas de Extensão

Os programas de extensão congregam um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, ação comunitária e prestação de serviços), preferencialmente integrando a pesquisa e o ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo (FORPROEX, 2007).

Os programas de extensão na UNESC devem promover a articulação dos diferentes setores da universidade e dos seus diversos atores (professores, acadêmicos e comunidade). Deverão também estar em consonância com a missão institucional, contribuindo para sua consolidação e relacionados com as demandas sociais, constituindo-se em espaços de interlocução com ensino e a pesquisa (UNESC, 2015).

A Figura 3 exemplifica a organização dos programas de extensão na UNESC.

Figura 3 – Programas Permanentes de Extensão na UNESC X Áreas Temáticas



Fonte: UNESC (2015)

Observa-se por meio da Figura 3, o alinhamento da Linha de Extensão, a definição das áreas temáticas (principal e secundária), bem como, a convergência de eventos, projetos, cursos, entre outras ações, para o Programa Permanente.

2.5.2.2 Projetos de Extensão Universitária

São ações processuais e continuadas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. São ações que possibilitam a formação de um elo entre a universidade e a sociedade. Os projetos podem ser desenvolvidos por meio de edital institucional ou, ainda, projetos próprios, via fomento externo, desenvolvidos com finalidades claras e objetivos específicos, apresentados ao Colegiado da Unidade Acadêmica e/ou a PROPEX, para aprovação (FORPROEX, 2007).

2.5.2.3 Cursos de Extensão

Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima

de 8 horas com função de capacitação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento. Os modelos e alternativas de cursos de extensão são apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação e Definição de Cursos de Extensão.

Classificação dos cursos Classificar nas 3 categorias (I,II,III)		Descrição
I.	Presencial	Curso cuja carga horária computada é referente à atividade na presença de professor/instrutor.
	A Distância	Curso cuja carga horária computada compreende atividade realizada sem presença/supervisão de professor/instrutor (as avaliações podem ser presenciais).
II.	Até 30 horas	Curso cuja carga horária é de até 30 horas.
	Igual ou Superior a 30 horas	Curso cuja carga horária é igual ou superior a 30 horas.
III.	Iniciação	Curso que objetiva, principalmente, oferecer noções introdutória em uma área específica do conhecimento.
	Atualização	Curso que objetiva, principalmente, atualizar e ampliar conhecimento, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento.
	Treinamento e Qualificação Profissional	Curso que objetiva, principalmente, treinar e capacitar em atividades profissionais específicas.
	Aperfeiçoamento ³	Curso com carga horária mínima de 180h, destinados a graduados.
	Especialização ⁴	Curso com carga horária mínima de 360h, destinado a graduados.

Fonte: RENEX (2015)

As Unidades acadêmicas têm autonomia para oferta de cursos de curta duração de até 20 horas, desde que ofereça suporte a estes, sem custos à instituição.

2.5.2.4 Eventos de Extensão

Implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.

Os eventos são atividades realizadas pela Universidade por intermédio de suas unidades acadêmicas, cursos ou setores. O Quadro 5 apresenta possibilidades eventos de extensão.

³Os cursos de aperfeiçoamento são classificados como pós-graduação *lato sensu*, podem ter sua classificação definida na lei de reforma universitária (como “educação continuada”).

⁴Os cursos de especialização são classificados como pós-graduação *lato sensu*, podem ter sua classificação definida na lei de reforma universitária (como “educação continuada”).

Quadro 5 - Classificação e Definição de Eventos.

Classificação	Definição
Congresso	Evento de grandes proporções de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional a ampla. Observação: realizado como um conjunto de atividades como mesas redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, minicursos, oficinas/ <i>workshops</i> ; os cursos incluídos no congresso, com duração igual ou superior a 8 horas devem, também ser registrada se certificadas como curso. Incluem-se nessa classificação eventos de grande porte, como conferência nacional de..., reunião anual de..., etc.
Seminários	Eventos científicos de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto de números de participantes, cobrindo campos de conhecimentos mais especializados. Incluem-se nessa classificação eventos de médio porte, como encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa redonda, etc.
Ciclo de Debates	Encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico. Inclui: Ciclo de..., Circuito..., Semana de....
Exposição	Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Em geral é utilizada para promoção e venda de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento.
Espectáculo	Demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, <i>show</i> , apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.
Evento Esportivo	Inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.
Festival	Série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.
Campanha	Ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido.

Fonte: RENEX (2015).

Os eventos, conforme Quadro 5 resultam de um projeto planejado e executado com objetivos e público-alvo definidos. É um importante veículo para o intercâmbio e transmissão de novos conceitos, ideias e conhecimento (FORPROEX, 2007).

2.5.2.5 Prestação de Serviços

A prestação de serviço caracteriza-se por atividade de serviços profissionais para as quais a Universidade desenvolve conhecimento, atendendo as demandas de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, com recursos oriundos de convênios e/ou parcerias institucionais, ou ainda através de oferta da própria instituição, mediante contraprestação de terceiros ou não (FORPROEX, 2007). Ademais, a prestação de serviços poderá acontecer por meio da realização de trabalhos oferecidos pela UNESC ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.), incluindo assessoria, consultorias e cooperação

interinstitucional. O Anexo B apresenta a classificação e a definição de prestação de serviços, conforme a RENEX (2015).

O IPARQUE, ao prestar serviços ao público externo, por meio de seus institutos, se constitui como locus fundamental da prestação de serviço da UNESCO.

2.5.2.6 Ação Comunitária

Ação realizada pela instituição baseada dialogicidade entre parceiros (Universidade e sociedade), na qual os sujeitos envolvidos constroem a cidadania. Caracteriza-se pela realização de atividades de sensibilização e organização da população, voltada ao resgate de seu papel de sujeito da própria história, que favorecem o desenvolvimento social e a melhoria das condições do ambiente de vida.

2.5.2.7 Ação Voluntária

Tem como objetivo divulgar a filosofia do trabalho voluntário, articuladas com projetos de extensão, assim como estimular a participação social da comunidade universitária em experiências de solidariedade social.

2.5.2.8 Publicações e Outros Produtos Acadêmicos

Caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica. A classificação e definição de publicações e outros produtos acadêmicos, conforme determinado pela RENEX (2015) estão descritos no Anexo C.

2.6 A EXTENSÃO NA UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNESCO

A UNACSA é composta por Colegiado, Diretoria e Coordenações de Ensino de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão. Os cursos que compõem a UNA são: Administração de Empresas, Comércio Exterior, Ciências Contábeis, Direito, Ciências Econômicas, Secretariado Executivo, e Tecnólogos em

Gestão, ofertados na modalidade presencial. Na modalidade a distância, a Unidade disponibiliza o curso de graduação em Tecnologia em Gestão Comercial. Possui também um programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em Desenvolvimento Socioeconômico, recomendado pela Capes (UNESC, 2015).

Na UNACSA a extensão é realizada a partir de um eixo central denominado Programa Permanente de Extensão, os quais congregam um conjunto de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, ação comunitária e prestação de serviço), que preferencialmente integrem as atividades de extensão, pesquisa e ensino. Atualmente, a UNACSA possui três Programas Permanentes de Extensão, os quais são: Programa de Ações em Economia Solidária (PAES); Programa de Extensão em Direito e Cidadania (PEDIC); e, Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor (POPE), conforme apresenta o Quadro 6.

Quadro 6 – Programas Permanentes de Extensão da UNACSA

PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS/ DESCRIÇÃO
PAES	Programa de cunho social, com atenção a sujeitos e comunidade em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Estratégias construídas sob perspectiva interdisciplinar, direcionadas as categorias de inclusão produtiva, trabalho, emprego, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento organizacional e social, inseridos em diversas áreas de atuação.
PEDIC	Programa que tem como tema central a discussão sobre a cidadania e o acesso a direitos fundamentais e demais questões ou temáticas consagradas na legislação, cuja efetivação é necessária para a emancipação dos indivíduos e da comunidade. Propõe-se a socialização de informações e a discussão junto ao público assistido de temáticas relativas ao direito da criança e do adolescente, direito do consumidor, direito do trabalho e previdenciário, direito do idoso, direito de família e sobre violência doméstica e familiar, questões de gênero, assistência judiciária aos reeducandos dos estabelecimentos penais, bem como o encaminhamento das demandas individuais e coletivas identificadas a entidades aptas a solucioná-las.
POPE	Visa oferecer assessoria e capacitações para microempreendedores criativos formais e informais, com vistas a produzir autonomia na gestão e manutenção dos empreendimentos, sustentados pela inovação contínua e responsabilidade social e ambiental junto aos públicos vinculados às instituições parceiras.

Fonte: UNESC (2015).

Conforme determina a Política de Extensão da UNESC, a gestão dos Programas se dá de forma colegiada, envolvendo representantes dos projetos e de atividades de extensão, além da diretoria da UNACSA. O documento menciona ainda que, é atribuição do colegiado indicar o coordenador dos Programas de Extensão, bem como definir a estrutura disponível para a execução das atividades (UNESC, 2015).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, apresenta-se o enquadramento metodológico da pesquisa e os procedimentos para coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No que se refere à tipologia da pesquisa, quanto à análise do problema, o estudo está delineado com uma abordagem qualitativa. Segundo Oliveira (1999, p. 117), as pesquisas com abordagem qualitativa “possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos”. Neste estudo, a abordagem do problema engloba a interação entre a missão da universidade e do curso de Ciências Contábeis, tendo por base a legislação vigente, especialmente no que tange a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, bem como as especificidades dos grupos envolvidos, especialmente professores e estudantes do Curso.

Neste sentido, esta pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como exploratória, visto que o estudo buscou explorar as experiências de extensão praticadas pelos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis. De acordo com Gil (1999, p. 43) pesquisas dessa natureza “tem como principal finalidade, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias [...] tem como objetivo proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

Em relação aos procedimentos, efetua-se um estudo do tipo levantamento. Conforme Gil (1999, p. 70), “as pesquisas do tipo levantamento se caracterizam pela interrogação direta de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Na pesquisa em questão, foi realizado o levantamento das atividades extensionistas nas universidades, públicas ou privadas de Santa Catarina.

Classifica-se, também como pesquisa documental, pois de acordo com Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser relacionados de acordo com os objetivos da pesquisa. Neste estudo foram utilizados as Políticas de Extensão da UNESC, aprovadas recentemente pelo CONSU no ano de 2015, os relatórios dos

Programas e Projetos da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas, além do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UNESC.

Ademais, a pesquisa classifica-se como estudo de caso, pois a partir da missão da UNESC e do Curso, propõe-se a criação de um Programa Permanente de Extensão para o Curso de Ciências Contábeis, contemplando suas especificidades. Para Furaste (2007, p. 37), “o estudo de caso consiste em um estudo exaustivo de algum caso em particular, de pessoas ou de instituição, para analisar as circunstâncias específicas que o envolvem”.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para compor a proposta de um Programa Permanente de Extensão para o Curso de Ciências Contábeis da UNESC, inicialmente buscou-se via *internet* informações acerca de atividades de extensão realizadas por instituições de ensino superior. A pesquisa realizada, por meio da ferramenta de pesquisa do *Google*, utilizando-se das palavras-chave ‘extensão universitária’; ‘extensão ensino superior’; ‘extensão ciências contábeis’, apresentou como resultado 17 práticas voltadas para a extensão.

Posteriormente, para identificar, com mais propriedade, as práticas de extensão dos Cursos de Ciências Contábeis das universidades da região foi encaminhado *e-mail* aos coordenadores dos Cursos ou responsáveis pela extensão de onze Universidades Catarinenses.

O estudo envolveu 05 Universidades Públicas e 06 Universidades Privadas. Destas, 05 possuem Conceito Preliminar de Curso (CPC) 3,00 ao passo que 06 universidades obtiveram CPC 4,00, em 2012. O CPC é um indicador voltado para a qualidade e excelência dos cursos, criado pelo INEP, o qual é divulgado junto com o resultado do ENADE. O CPC é composto por variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente (MEC, 2015).

O Quadro 7 apresenta as universidades pesquisadas, os municípios em que atuam, categoria administrativa e o respectivo CPC.

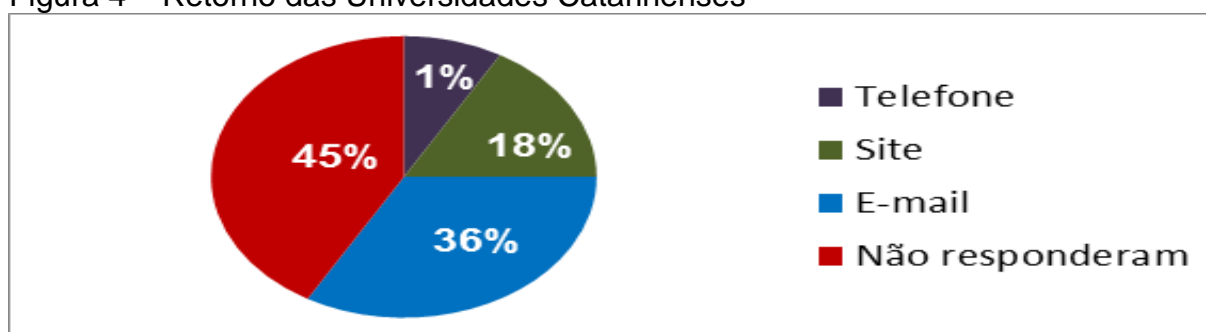
Quadro 7 – Classificação das Universidades Catarinenses

UNIVERSIDADES	Sigla da IES	Categoria administrativa	Município do curso	CPC (faixa)
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	Pública	Ibirama	4
Universidade Regional de Blumenau	FURB	Pública	Blumenau	4
Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	Privada	São Bento do Sul	3
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	Pública	Chapecó	3
Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	Privada	Itajaí	4
Universidade do Contestado	UNC	Privada	Concórdia	4
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	Privada	Tubarão	4
Universidade federal de Santa Catarina	UFSC	Pública	Florianópolis	4
Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	Privada	Lages	3
Universidade Comunitária Regional de Chapecó	UNOCHAPECÓ	Pública	Chapecó	3
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	UNIARP	Privada	Caçador	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Para cada uma das universidades mencionadas, foi encaminhado *e-mail* endereçado à coordenação, questionando sobre a existência de programas ou projetos de extensão no curso de Ciências Contábeis. Obteve-se o retorno de apenas 4 instituições. Para apurar maiores informações buscou-se nos *sites* das demais IES algum material sobre a temática, obtendo êxito em 02 outras instituições. As demais, foram contatadas por meio telefônico, no qual apenas 01 das IES se prontificou a responder. A Figura 4 apresenta os resultados de respondentes e a forma de retorno.

Figura 4 – Retorno das Universidades Catarinenses



Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto, das 11 universidades pesquisadas 05 não responderam ao *e-mail*, ou não mantêm informações atualizadas acerca de programas ou projetos de extensão em seus *sites* ou não concordaram em responder por meio de contato telefônico.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será retratado o Curso de Ciências Contábeis da UNESC, os resultados das pesquisas realizadas, bem como, apresenta-se uma proposta ao Curso de Ciências Contábeis da UNESC visando aproximar professores e estudantes com a comunidade no intuito de oportunizar a troca de saberes, por meio de um Programa Permanente de Extensão.

4.1 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC

O Curso de Ciências Contábeis da UNESC é oriundo da antiga Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas pertencente à FUCRI. Sua criação ocorreu em 30 de junho de 1975, por meio do Decreto n.º 75.920, de 30.06.1975, sendo reconhecido pela Portaria Ministerial n.º 198, de 03.03.1980, publicada no D.O.U. n.º 42, em 03.03.1980 (UNESC, 2010).

O campo de atuação da contabilidade envolve as entidades que exerçam “atividades econômicas tanto de pessoas físicas ou jurídicas, entidades com ou sem finalidade lucrativa, sendo atribuição básica do contador, produzir informações para a tomada de decisão e projeção de cenários” (GUIMARÃES; VOLPATO, 2015, p. 58).

Desde as discussões para a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, capitaneadas pelo MEC, iniciou-se também na UNESC reuniões com intuito de elaborar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Os encontros na universidade iniciaram em fevereiro de 2002 envolvendo coordenação, docentes e estudantes. O PPC estabelece em sua organização quais conhecimentos, habilidades e atitudes devem ser desenvolvidas no processo formativo, assim como posturas e práticas desejadas no ambiente acadêmico. O documento foi revisado em 2006 e, posteriormente, em 2009.

O Curso tem por missão “formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento econômico, social e ambiental” (UNESC, 2015, p. 12). Para tanto tem por objetivos

- Viabilizar a formação de profissionais com raciocínio lógico, crítico e analítico para a solução de problemas de natureza da área da contabilidade;

- Despertar a capacidade do estudante para a construção e reconstrução do conhecimento da área de contabilidade em ambientes de constantes mudanças;
- Facilitar a formação de profissionais com capacidade de comunicação e liderança, dotando-os de habilidades e atitudes para promover e realizar trabalho em equipe; e,
- Oferecer condições e estimular o desenvolvimento integrado e contínuo de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes), nos níveis básicos e avançados, teóricos, práticos e complementares, necessários ao profissional da Contabilidade (UNESCO, 2015).

A matriz curricular em vigor possui carga horária total de 3.000 horas, estruturada de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Ciências Contábeis, constituídas pela Resolução nº. 10/2004/CNE/CES, envolvendo conteúdos de Formação Básica, Profissional e Teórico-Prática, levando em consideração o contexto da região onde o Curso está inserido.

O PPC aponta, entre outros aspectos, o perfil ideal dos professores, do coordenador e dos estudantes. No que tange aos estudantes, sinaliza um conjunto de condições necessárias, as quais deverão ser buscadas pelo Curso, tais como: o desenvolvimento do senso crítico, uma nova postura em relação ao Curso e aos futuros profissionais, com uma visão contextualizada da área (UNESCO, 2010).

Entre outros aspectos, o PPC também descreve o perfil desejado para o egresso do Curso, no qual propõe que os estudantes denotem em sua trajetória formativa, interesse e motivação para desenvolverem competências, ao passo que o diagnóstico obtido no perfil real constata algumas dificuldades para aproximar os dois perfis, haja vista que o perfil ideal desejado distancia-se do real, pois este apresenta o estudante como um trabalhador indisponível para participar de projetos de pesquisa e extensão, com dificuldades de redigir, interpretar e argumentar tendo em vista a ausência de leitura e voltados para a obtenção de nota para aprovação nas disciplinas.

Para tanto, o Curso oferece aos estudantes alguns diferenciais que auxiliam o desenvolvimento de competências, como por exemplo: corpo docente composto por especialistas, mestres e doutores, Núcleo de Estudos Contábeis (NECON), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Processo Interdisciplinar Orientado (PIO), Estágios Supervisionados, Atividades de Formação Complementar (AFC) e Atividades Práticas Específicas (APE), além da infraestrutura composta por salas de aula com projetores multimídia, quadros de vidro, condicionadores de ar, laboratórios de informática e o Centro de Práticas Contábeis (CPC), munido de *softwares* de contabilidade e de simulação empresarial.

O Curso vem consolidando sua prática de pesquisa por meio de dois Grupos NECON - Núcleo de Estudos Contábeis e NEGEO – Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional, ambos certificados pela UNESCO no CNPq.

A extensão do Curso ocorre, basicamente, por meio de ações pontuais como Imposto de Renda na Praça, o Contabilizando Saúde e o Contabilizando Natal e Solidariedade. No nível de projetos de extensão, fomentado com recursos da universidade e de convênio, a prática vem acontecendo por meio de iniciativas isoladas de professores e estudantes, como por exemplo, participação em projetos dos Programas Permanentes da UNACSA, como o POPE e o PAES. Esses programas, embora mantenham projetos pertinentes à atribuição do Contador, não possui maior identidade como Curso de Ciências Contábeis.

4.2 RESULTADOS DAS PESQUISAS

Na pesquisa realizada por meio da ferramenta de busca do *Google* obteve-se 17 projetos de extensão, os quais serão apresentados divididos por Estado e Região para facilitar a leitura dos resultados encontrados. O maior número de projetos de extensão nos cursos de Ciências Contábeis de instituições de ensino superior encontra-se na região Nordeste (11 projetos), conforme apresentado no Quadro 8. Nas demais regiões a pesquisa localizou 02 projetos no centro-oeste, 02 no sudeste e 02 no sul, conforme demonstrado nos Quadros 9, 10 e 11. A região norte não apresentou resultados.

Quadro 8 – Região Nordeste

(continua)

EXTENSÃO	IES	OBJETIVO
Aspectos fundamentais da previdência no Brasil	Universidade Federal da Paraíba.	Orientar a comunidade em geral com informações sobre previdência social na concessão e manutenção de benefícios de caráter previdenciário, apresentando os principais conceitos utilizados pela previdência na atividade contábil e ampliar a discussão sobre os problemas relacionados à previdência social, bem como investigar as vantagens e desvantagens da previdência privada.
A utilização da contabilidade de custos no processo de tomada de decisão	Universidade Federal da Paraíba.	Orientar a comunidade sobre Custos no processo de tomada de decisão, por meio de palestras, minicursos e eventos semelhantes.

Quadro 8 – Região Nordeste

(continuação)

EXTENSÃO	IES	OBJETIVO
A contabilidade ambiental como instrumento do desenvolvimento sustentável	Universidade Federal da Paraíba	Demonstrar aos usuários internos e externos, a contabilidade ambiental como um instrumento de agregação de valor aos seus produtos em face do desenvolvimento sustentável, com a utilização da legislação ambiental vigente. Apresentar a contabilidade ambiental e suas variações para agregar valor aos produtos, identificando os impactos ambientais causados pelo empreendimento, que devem ser retratados pela contabilidade ambiental em conformidade a legislação e por fim, sugerir soluções sustentáveis.
Educação financeira para toda a vida	Universidade Federal da Paraíba	Fornecer por meio de orientações uma Educação Financeira de forma lúdica em que se procura aprender brincando, junto aos alunos, professores, funcionários e familiares dos discentes da Escola Pública (Ensino Fundamental). Espera-se que as crianças aprendam de uma forma divertida os conceitos básicos sobre Educação Financeira e possam levar para a família e, principalmente, para toda a sua vida.
Análise conjuntural como suporte à assessoria sócio-econômica aos movimentos sociais e às entidades de classe	Universidade Federal da Paraíba	Articular as atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, por meio de informações a respeito da conjuntura financeira e econômica local, estadual e nacional. O desenvolvimento do Projeto tem como principais vertentes: 1) construção de um banco de dados sobre as variáveis macroeconômicas mais relevantes (PIB, inflação, taxa de juros, produção industrial, importação e exportação, entre outros); 2) realização de palestras, discussões e <i>workshops</i> com a sociedade acadêmica e não acadêmica sobre a conjuntura econômica local, regional e nacional. Público-Alvo: representantes dos movimentos sociais rurais e urbanos; membros de sindicatos e das associações; alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação das Ciências Sociais Aplicadas.
Balcão universitário de informações contábeis e tributárias aberto a comunidade	Universidade Federal da Paraíba	Atender a comunidade interna e externa que busca informações contábeis, fiscais e trabalhistas, atualizadas, tempestivas e confiáveis Este projeto procura acompanhar e registrar as alterações na legislação pertinente, divulgar o funcionamento do Balcão Universitário na comunidade interna e externa, disponibilizar informações contábeis, fiscais e trabalhistas ao público alvo, além de proporcionar cursos e palestras com assuntos pertinentes aos mais diversos temas contábeis de interesse da comunidade empreendedora.
Espaço contábil: Um novo portal para o Curso de Ciências Contábeis na <i>Internet</i>	Universidade Federal da Paraíba	Criar e manter um novo espaço de educação continuada da Ciência Contábil por meio de um <i>site</i> interativo. No Portal Espaço Contábil, os profissionais e interessados poderão discutir e encaminhar materiais de divulgação sobre eventos e iniciativas relacionadas a área.
Projeto qualificação em contabilidade básica para gestores e não contadores do município.	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.	Capacitar gestores e não contadores do município que utilizam a informação contábil no processo de tomada de decisão. Os conteúdos trabalhados serão: análise de crédito de pessoa física, contabilidade gerencial, simples nacional, empreendedor individual, gestão estratégica de custos, introdução à custos e demonstrações contábeis, imposto de renda de pessoa física, nota fiscal eletrônica, auditoria, contabilidade do terceiro setor, noções trabalhistas e tributária.

Quadro 8 – Região Nordeste

(conclusão)

EXTENSÃO	IES	OBJETIVO
Gestão financeira para micro e pequenas empresas	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Possibilitar que os micros e pequenos empresários possam, por meio de oficinas práticas, seminários, palestras e atendimentos, vivenciar o uso de modernas ferramentas da Contabilidade financeira, elevando as chances dessas micro e pequenas empresas sobreviverem neste mercado cada dia mais turbulento.
Projeto gestão de finanças pessoais	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Orientar estudantes de escolas de nível médio, funcionários de empresas e comunidade em geral, a melhor forma de administrar seus recursos financeiros por meio de planejamento e controle do orçamento doméstico.
Práxis empresarial: gestão organizacional e estratégia na área contábil	Faculdade 7 de Setembro. Ceará.	Proporcionar aos alunos e microempreendedores conhecimentos sobre o mercado contábil, criando assim, uma interação entre os conceitos teóricos explicitados em sala de aula e os conceitos práticos da dinâmica organizacional.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se, por meio do Quadro 8, que a Universidade Federal da Paraíba é a que mais oferta projetos de extensão (7), seguida da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (3) e da Faculdade 7 de setembro do Ceará (1).

Quadro 9 – Região Centro Oeste

EXTENSÃO	IES	OBJETIVO
Educação fiscal e integração social: uma parceria para o desenvolvimento regional e socioambiental integrado	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Unir forças para o desenvolvimento regional e aprimoramento na formação de profissionais da área de Ciências Contábeis, esclarecendo e sensibilizando a sociedade sobre os aspectos fiscais e tributários, além de demonstrar o papel da responsabilidade fiscal e contributivo social, de órgãos como a Receita Federal, para a melhoria na qualidade de vida e responsabilidade socioambiental.
Finanças pessoais: orçamento e controle	Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat)	Demonstrar a importância de conhecimentos básicos de finanças no controle do orçamento patrimonial familiar. O projeto será pautado em orientação promovida por minicursos e palestras sobre ganhos, gastos e geração de renda para os participantes. Ao final, os resultados serão analisados em face às informações fornecidas por todos que participaram das referidas atividades.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 10 – Região Sudeste

EXTENSÃO	IES	OBJETIVO
Programa empreender social	Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – Unileste	Prestar assessoria em gestão a instituições do 3º setor; Incentivar a prática do voluntariado universitário; Promover a cidadania e o desenvolvimento local a partir de práticas de economia solidária e práticas cooperativas. Público: Instituições 3º setor e sociedade em geral.
Consultoria ao 3º setor e empresarial	Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – Unileste	Atender a demanda de instituições do 3º setor e de empresas, com ações de orientação em gestão gerencial, diagnóstico de consultoria e sugestão de práticas nas áreas operacionais, financeira e de mercado, com vistas a produção de tecnologias sociais em gestão.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 11 – Região Sul

EXTENSÃO	IES	OBJETIVO
NAF - Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal	FACEBG - Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves	Promover a prática contábil, através da realização de atendimentos a Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, visando o aprimoramento do conhecimento acadêmico, além de prestar assistência aos contribuintes de baixa renda.
Programa acadêmico de emprego	Universidade de Santa Cruz do Sul	Integrar acadêmicos e egressos ao mercado de trabalho. O serviço oferecido é totalmente gratuito e permanente. Alunos interessados em cadastrar seu currículo no Programa devem preencher a ficha disponível no endereço eletrônico a ser elaborado.

Fonte: Dados da Pesquisa.

No levantamento realizado nas Universidades Catarinenses em relação aos projetos de extensão, apenas 6 Universidades ofertam projetos direcionados ao Curso de Ciências Contábeis. As temáticas incluem entidades de terceiro setor, entidades sem finalidade lucrativa, entre outras, conforme apresenta o Quadro 12.

Quadro 12 – Programas e Projetos de Extensão das Universidades Catarinenses

UNIVERSIDADES	Programas e Projetos Extensão
Universidade do Estado de Santa Catarina	1) Programa com o objetivo principal de auxiliar os gestores de entidades do terceiro setor (sem fins lucrativos) na organização e na busca de recursos; 2) Projeto de capacitação de recursos (também direcionados ao terceiro setor); 3) Projeto Construindo cidadania (público em geral).
Universidade Regional de Blumenau	1) O projeto de extensão trata-se de uma ação eventual durante as " Semanas Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis ", com duração de 3 dias e consiste na realização de palestras.
Universidade da Região de Joinville	1) Projeto SUSTENTA - O Papel da Contabilidade na busca pela Sustentabilidade das Entidades sem fins Lucrativos.
Universidade do Oeste de Santa Catarina	1) Curso de Extensão: Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física; 2) Curso de Extensão: Calculadora Financeira HP 12C.
Universidade do Vale do Itajaí	1) Auditoria das contas dos partidos políticos da região da AMFRI; 2) FIA - Fundo da Criança e Adolescente.
Universidade do Sul de Santa Catarina	1) Curso <i>excel</i> avançado.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que as universidades UNISC, UFSC, UNIPLAC, UNOCHAPECÓ e UNIARP não disponibilizam informações sobre extensão no *site* do Curso e, tampouco, responderam a pesquisa.

Das Universidades que contribuíram com o estudo, as ações de extensão mencionadas, em sua maioria, são voltadas para cursos de curta duração como Excel, declaração de imposto de renda, calculadora financeira e palestras realizadas nas semanas acadêmicas. Em relação a Programas e Projetos de Extensão têm apenas os ofertados pela UDESC, UNIVILLE e UNIVALI.

Diante dos motivos expostos, apresenta-se como sugestão para a coordenação do Curso de Ciências Contábeis da UNESC uma proposta de criação de um Programa de Extensão Universitária voltado para atender a missão e os objetivos do Curso em busca do perfil desejado ao egresso, levando em consideração as especificidades da região.

4.3 PROPOSTA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO PARA O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC

O Curso de Ciências Contábeis da UNESC tem como objetivo formar profissionais competente, dinâmicos e empreendedores, ministrando conhecimento amplo que possibilita ao estudante desenvolver suas potencialidades, tais como liderança, iniciativa, sociabilidade e concentração, como cidadãos participantes e responsáveis pela promoção do desenvolvimento sustentável da região, e seus aspectos econômico, social e ambiental. Busca como missão formar profissionais responsáveis, conscientes, criativos e críticos, com competências fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, capazes de atuarem em diversos setores da economia e da sociedade.

Para tanto emprega seus esforços junto aos estudantes com intuito de viabilizar a formação de profissionais com raciocínio lógico, crítico, analíticos e reflexivos com visão generalizada, sistêmica, holística e interdisciplinar para solução de problemas de natureza da área contábil, conscientes de seu papel para a construção e reconstrução do conhecimento em ambientes de constantes mudanças, facilitar a formação de profissionais com capacidade de comunicação e liderança, dotando-os de habilidades e atitudes para promover e realizar trabalhos em equipe, além de estimular desenvolvimento integrado e contínuo de

competências, necessários ao profissional de contabilidade comprometido com a melhor qualidade de vida, que procuram soluções criativas e inovadoras para a consolidação de novos negócios.

O Curso para desenvolver seu fazer, possui estrutura curricular inovadora, desvinculada da rigidez hierárquica de disciplinas e pré-requisitos, a qual privilegia o processo ensino-aprendizagem em sua essência, considerando o Projeto Pedagógico do Curso e, também, a relevante função educacional e social vislumbrada pela Universidade. Desta forma, apresenta-se esta proposta de criação de um programa de extensão voltado para atender a missão e os objetivos do Curso em busca do perfil desejado ao nosso egresso, o desenvolvimento desta proposta teve como subsídio questionamentos sobre as dimensões por onde ensino em contabilidade deve transitar projetando o futuro, denominado: **PACS – PROGRAMA ASSESSORIA CONTÁBIL PARA SUSTENTABILIDADE.**

4.3.1 Objetivo Geral do PACS

Prestar assessoria em gestão, a pessoas físicas de baixa renda, pequenas empresas ou sociedades civis sem fins lucrativos sem acesso as orientações da contabilidade básica, além promover a cidadania e o desenvolvimento local a partir de praticas de economia solidária e prática cooperativa.

4.3.2 Objetivos Específicos do PACS:

- ✓ Potencializar empreendedores sociais, com as questões de cidadania e prática pedagógica do curso;
- ✓ Oportunizar capacitação diferenciada ao estudante do Curso de Ciências Contábeis;
- ✓ Buscar parcerias com as instituições a fim de captar recursos externos ao programa;
- ✓ Identificar demandas individuais e coletivas para ampliar a atuação do programa na universidade e fora dela;
- ✓ Estreitar relacionamento com instituições como CRC/SC – Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, escritórios de Contabilidade da região e

contadores, Receita federal do Brasil e outros órgãos de governo, em todas suas esferas;

- ✓ Sistematizar os resultados alcançados com a execução dos projetos alocados/vinculados ao programa de extensão da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas; e
- ✓ Submeter artigos em eventos e revistas especializadas.

4.3.3 Justificativa

Os estudantes do Curso de Ciências Contábeis não podem ficar restritos a mera compreensão dos textos das normas legais e profissionais ou da teoria contábil, pois o contador necessita da dimensão prática por meio do contato com o exercício profissional e, também, com a realidade social.

Com efeito, o PACS tem por escopo contribuir o fortalecimento do vínculo teoria e prática do exercício profissional dos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis, proporcionando aprendizado prático por meio do contato direto com a realidade local.

As vantagens para os participantes da iniciativa do PACS são inúmeras. A comunidade receberá atendimento na área da contabilidade em questões básicas. Os escritórios de contabilidade poderão redimensionar ao PACS casos mais simples. A Receita Federal e demais órgãos governamentais, enquanto parceiros do programa cumprirão seu papel referente à educação fiscal por via direta e, de atendimento por via indireta.

A UNESCO, que terá o PACS como um dos meios para cumprir sua missão de educar, por meio do ensino pesquisa e extensão na melhoria da qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida, além do fortalecimento de sua imagem frente à comunidade onde se insere.

Por fim, os estudantes que, participando ativamente nas ações do PACS, terão oportunidade para aprimorar sua formação profissional.

4.3.4 Funcionamento do PACS:

O PACS funcionará, com atendimento ao público, duas vezes por semana utilizando as instalações do Central de Práticas Contábeis – CPC (localizado no 1º

piso do Bloco do Estudante), o qual, mediante pequenas adequações, dispõe de estrutura física, como forma experimental desta modalidade de atendimento e ampliando-se à medida que seja requerido pela população em geral.

O PACS terá coordenação de um professor com carga hora de 4 horas e um aluno bolsista. Ao PACS pretende-se vincular projetos de extensão, os quais agregarão professores e estudantes que viabilizarão o atendimento e as ações do programa. Há possibilidade também do PACS receber a contribuição de trabalho voluntário de professores e estudantes, sendo que estes últimos receberão certificados de extensão os quais poderão utilizar para computo de horas para Atividades de Formação Complementar, conforme regulamentação da instituição.

4.3.5 Estrutura do PACS

Para atingir seu objetivo o PACS, utilizará a mesma estrutura física existente do CPC, em horários diferenciados das aulas e estabelecidos pela Coordenação do Curso.

4.3.6 Professor Responsável pelo PACS

O professor coordenador responsável pelas atividades do PACS é indicado pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis e tem por responsabilidades:

- ✓ Organizar as atividades, elaborar plano de atividades, e acompanhar o planejamento semestral dos projetos de extensão inclusos no PACS;
- ✓ Emitir relatórios de atividades para a UNACSA e a PROPEX (periodicidade conforme estabelecido em edital e/ou convênios);
- ✓ Intermediar ou recomendar a celebração de convênios para ampliar as possibilidades de atendimento e atuação do PACS e demais projetos;
- ✓ Propor atividades interdisciplinares do PACS e demais e fomentar novos projetos de extensão;
- ✓ Participar dos eventos internos da UNESC, por meio da submissão de trabalhos, avaliação de trabalhos, organização de eventos, entre outros que for solicitado pela PROPEX e a UNACSA;

4.3.7 Possíveis Projetos/Ações de Extensão Vinculados ao PACS

Os projetos/ações de extensão vinculados ao PACS poderão balizar-se nas pesquisas realizadas nas IES, conforme apresentado nos Quadros 9, 10, 11, 12 e 13, atendendo as especificidades do Curso e da região.

Ademais, o PACS poderá agregar alguns projetos já idealizados pelo curso, como por exemplo, o Projeto de Assessoria e Consultoria Contábil às Associações de Pais e Professores - APP's da Rede Pública Municipal de Criciúma; o projeto Educar para Empreender; e, as ações: Imposto de Renda na Praça, Contabilizando Natal e Solidariedade e Semanas Acadêmicas.

De acordo, com a Política Nacional de Extensão Universitária, os projetos dependendo da atuação devem ser enquadrar em uma área temática principal e posteriormente, em área temática secundária (Capítulo 2, Quadro 2). Dentre o universo de temas possíveis de serem abordados e, considerando o público assistido formado essencialmente por grupos organizados no âmbito da comunidade, propõe-se que o PACS, inicialmente, apresente projetos e ações pertinentes as seguintes áreas temáticas conforme classificação da Renex:

Quadro 13 – Áreas Temáticas que envolvem os projetos e Ações do PACS

Área	Denominação	Definição
Principal	8. Trabalho	Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.
Secundária	7. Tecnologia e Produção	Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciências e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes.

Fonte: Adaptado da Política Nacional de Extensão (2015)

Cabe destacar que a Política Nacional de Extensão Universitária recomenda que mesmo não encontrando no conjunto das oito áreas uma correspondência absoluta com o objeto da ação, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser a escolhida.

Dentre as diversas linhas de extensão classificadas na Política Nacional de Extensão Universitária, conforme demonstradas no Anexo A o PACS poderá

fomentar projetos e ações nas seguintes formas de operacionalização: desenvolvimento regional, Desenvolvimento rural e questão agrária, Educação profissional, Empreendedorismo, Emprego e renda, Gestão do trabalho, Gestão informacional, Gestão pública, Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares, Questões ambientais.

4.3.8 Resultados Esperados

- a) Mobilização da comunidade envolvida e da comunidade em geral para esclarecimentos e discussões sobre os temas propostos, buscando o seu crescimento como cidadãos integrados e socialmente responsáveis;
- b) Contribuir para o encaminhamento de soluções para os problemas relativos a área da contabilidade do público assistido;
- c) Aplicação prática, por parte dos acadêmicos, dos conteúdos desenvolvidos nos projetos e discutidos durante a formação universitária;
- d) Acesso a informações e aprimoramento da autonomia do público envolvido;
- e) Fortalecimento, no público assistido e melhor compreensão de seus direitos e obrigações.

4.3.9 Articulação da Proposta com o Ensino e/ou a Pesquisa.

A proposta de trabalho pretende gerar ações e intervenções que estimulem a geração no ensino de abordagens teórico-metodológicas com atenção as Ciências Contábeis, como também se traduzam em elementos de reflexão, a partir de experiências empíricas na área, articulados com o PPC de Ciências Contábeis e áreas afins.

Ademais, poderá servir de indicativos e subsídios para a inserção da extensão no currículo do Curso de Ciências Contábeis, conforme prevê o PNE 2014-2024.

Por fim, a partir do PACS pretende-se fortalecer as linhas e grupos de pesquisa relacionados à área da contabilidade e afins, no âmbito da UNESC, sob uma abordagem interdisciplinar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi elaborado com intuito de verificar como o Curso de Ciências Contábeis da UNESC, pode promover a aproximação de seus professores e estudantes com a comunidade regional visando oportunizar a troca de saberes.

Para tanto, alguns estudos foram feitos sobre a trajetória e os tipos de instituições de ensino superior no Brasil. Quanto à categoria administrativa têm-se as instituições de ensino públicas, vinculadas ao governo, em nível federal, estadual e municipal; e as privadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas, classificadas em particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Quanto à estruturação acadêmica as instituições de ensino superior são credenciadas como: faculdade, centro universitário ou universidade.

A universidade, entre outras exigências, possui obrigatoriedade de proporcionar atividades de ensino, pesquisa e extensão. As universidades comunitárias, além do ensino, produzem novos conhecimentos por meio da pesquisa e dedicam importante esforço para a extensão com intuito de compartilhar o conhecimento científico construído na academia com as comunidades, a qual oferece novos fenômenos para a investigação científica.

A UNESC, enquanto universidade comunitária dispõe de uma Pró-Reitoria de Extensão e de uma estrutura administrativa segmentada em áreas de conhecimento dispostas em unidades acadêmicas na qual há uma coordenação específica para a extensão. Na UNESC, o apoio e incentivo ao “fazer extensão” estão cada vez mais evidentes. Estes fatos tornam-se visíveis na medida em que se discute de forma ampla as Políticas para a Extensão, se disponibiliza continuamente formação para socializar os conhecimentos dos mais experientes e cooptar novos extensionistas, além da abertura de inscrições de projetos em Editais de extensão com fomento interno e externo.

A UNESC assume a extensão como dimensão que proporciona aos professores e estudantes o contato com a realidade social favorecendo a articulação do ensino e da pesquisa gerando alternativas de ação que atendem os problemas da população além de ser um espaço para o exercício da emancipação crítica da comunidade acadêmica e da sociedade. O documento menciona ainda que o impacto social esperado pelas atividades de extensão não se dá meramente por meio de qualificação, mas especialmente, pelo processo de construção e de

execução das demandas sociais que tenham a “justiça social, a cidadania e a dignidade da pessoa humana como referências” (UNESCO, 2015).

A UNESCO organiza a extensão, quando possível, por meio de Programas Permanentes, os quais congregam um conjunto articulado de projetos, cursos, eventos, ação comunitária e prestação de serviços, constituindo-se em espaços de interlocução com ensino e a pesquisa, envolvendo professores, acadêmicos e comunidade.

Na busca de explorar as experiências de extensão universitária praticadas pelos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, foi realizado um levantamento das atividades extensionistas nas instituições de ensino superior. A pesquisa realizada via *internet* apresentou como resultado 17 práticas voltadas para a extensão, realizadas em sua maioria na região nordeste do país com 11 projetos. Com exceção da região norte, na qual não foi encontrado nenhum resultado, as demais regiões apresentaram 2 iniciativas cada. Posteriormente, a pesquisa se estendeu para as universidades catarinenses que ofertam Cursos de Ciências Contábeis nas quais foram encontrados 6 projetos de extensão que, em sua maioria, são voltados para cursos de curta duração.

O Curso de Ciências Contábeis, que neste ano completou 40 anos de atividade, formando mais de 2.000 profissionais com domínio de conhecimento técnico e científico, tendo dois grupos de pesquisas atuantes, reconhecidos pelo CNPq, dispõe de maturidade para, ele próprio, por meio de seus professores e estudantes, pensar e fazer extensão, se aproximando da comunidade, realizando com mais propriedade sua missão de formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Por este motivo, propõe-se como forma de aproximar professores e estudantes com a comunidade oportunizando a troca de saberes, um Programa Permanente de Extensão que atenda as especificidades do Curso de da região. A proposta do programa, denominado Programa Assessoria Contábil para Sustentabilidade (PACS), objetiva apoiar pessoas físicas de baixa renda, sociedade sem fins lucrativos e micro e pequenas empresas sem acesso às orientações básicas da contabilidade.

Propõe-se, com base na missão do Curso, que o PACS, dentre as diversas possibilidades de extensão classificadas na Política Nacional de Extensão

Universitária, fomenta projetos e ações nas seguintes linhas: desenvolvimento regional; desenvolvimento rural e questão agrária; educação profissional; empreendedorismo; emprego e renda; gestão do trabalho; gestão informacional; gestão pública; organização da sociedade civil e movimentos sociais; e, questões ambientais.

Para o sucesso do Programa, faz-se necessário olhar para seu Projeto Pedagógico e sua matriz curricular, com intuito de compor linhas de extensão alinhadas à sua missão e o perfil desejado para o egresso e captar professores e estudantes com desejo de construir um saber mais reflexivo, voltado para a vida comunitária, oportunizando a formação de estudantes, não só competentes profissionalmente, mas também conscientes de sua cidadania e comprometidos com a transformação social.

REFERÊNCIAS

Avaliação Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – (Brasília): MEC/SEsu; (Paraná): URFP; {Ilhéus (BA)}: UESC, 2001. 98p. (Coleção Extensão Universitária: vol.3)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 17 maio 2015.

_____. Lei 9.394/96 - diretrizes e bases da educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 17 Mai. 2015.

_____. Lei 12.881/13—da definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das instituições comunitárias de educação superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm> Acesso em 17 Mai. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.051**, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 jul. 2004. Seção 1, pg. 12

_____. **Decreto-lei 5.773**, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=116:qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades&catid=127.html> Acessado em: 20 set. 2015.

_____. Câmara de Deputados. **Decreto-lei 9.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o Ensino Superior do Brasil. Brasília. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 19 mai. 2015.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados. Câmara, 2014.

CABRAL, Nara Crivot: **Saberes em Extensão Universitária**: contradições, tensões, desafios e desassossegos. 2012. 259 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, - Porto Alegre, RS, 2012.

CERVO, A. L.; Bervian, P. A.; da Silva, R. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CITTADIN, Andréia: **Proposta de estruturação de uma unidade organizacional de controladoria em uma Instituição de Ensino Superior**. 2011. 191 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, - Florianópolis, SC, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – **CNPq – ÁREAS E PROGRAMAS/Tabela de Áreas do Conhecimento**. Disponível na Internet no endereço: <<http://www.memoria.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>>. Acesso em 01/09/2015.

FORPROEX. II, **Extensão Universitária: organização e sistematização** / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. --Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FURASTE, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. 14 ed. Porto Alegre: s.n, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

_____ **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Milla Lúcia Ferreira; VOLPATO, Gildo. **O desenvolvimento de competências no processo interdisciplinar orientado**. In. PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco; MELLO, Maria Aparecida da Silva. (Org). O saber e o fazer dos docentes no âmbito das ciências sociais aplicadas. Curitiba: Multideias, 2015.

LUCCHESI, Martha Abrahão Saad. **Universidade no Limiar do Terceiro Milênio: Desafios e Tendências**. Santos Leopoldianum, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1997. 320 p.

Plano Nacional Extensão Universitária. **Renex: Coleção Extensão Universitária FORPROEX**, vol. 1. <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>> Acessado em 19 Mai. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In. BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RENEX Rede Nacional de Extensão. **Políticas Nacional de Extensão – Áreas Temáticas**. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas

Brasileiras. Disponível na Internet no endereço:
<<http://www.renex.org.br/areastematicas.php>>. Acesso em: 01 de Set 2015.

_____. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Disponível na Internet no endereço: <<http://www.renex.org.br/documentos.php>>. Acesso em: 07 de Set2015.

SAVIANI, Dermeval: **Ensino Público e Algumas Falas Sobre Universidade**. São Paulo, Cortez, 1986.

SILVA, Aurélio Rodrigues da: **A contribuição da Extensão na formação do estudante Universitário**. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris: **Metodologia para iniciação científica a prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis, Udesc, 2002.

SLEUTJES, M. H. S. C: **Refletindo Sobre os Três Pilares de Sustentação das Universidades: Ensino-Pesquisa-Extensão**. 33(3): 99-111, Maio/Jun. 1999, Rio de Janeiro, RJ, 1999.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC. **Resolução n. 12/2015/CONSU. Políticas de Extensão da Unesc**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/resources/documentosoficiais/11863.pdf?1438697836>> . Acesso em: 01/09/2015.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. 2010a. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/resources/documentosoficiais/4475.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

WALDRIGUES, Maria Caroline: **Ensino superior: Legislações e Tentativa de Constituição de um Sistema Nacional de Avaliação**. 2011. 70 f. Monografia Especialista em Políticas Educacionais – Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2011.

ANEXO (S)

ANEXO A

DENOMINAÇÃO DAS LINHAS DE EXTENSÃO

N.	LINHA DE EXTENSÃO	DESCRIÇÃO
01.	Alfabetização, Leitura e Escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
02.	Artes Cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
03.	Artes Integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
04.	Artes Plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
05.	Artes Visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
06.	Comunicação Estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
07.	Desenvolvimento de Produtos	Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
08.	Desenvolvimento Regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
09.	Desenvolvimento Rural e Questão Agrária	Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
10.	Desenvolvimento Tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade

		técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
11.	Desenvolvimento Urbano	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12.	Direitos Individuais e Coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13.	Educação Profissional	Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho
14.	Empreendedorismo	Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a pró-atividade.
15.	Emprego e renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
16.	Endemias e epidemias	Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
17.	Divulgação Científica e Tecnológica	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
18.	Esporte e lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
19.	Estilismo	Design e modelagem criativa de vestuário, calçados, ornamentos e utensílios pessoais relacionados à moda.
20.	Fármacos e Medicamentos	Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
21.	Formação de docente	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
22.	Gestão do trabalho	Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).
23.	Gestão informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor
24.	Gestão institucional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não governamentais.

25.	Gestão pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26.	Grupos Sociais Vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27.	Infância e Adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28.	Inovação tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29.	Jornalismo	Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.
30.	Jovens e adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31.	Línguas estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32.	Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33.	Mídias-artes	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
34.	Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
35.	Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
36.	Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONGs, OSCIPs, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
37.	Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e

		imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38.	Pessoas com Deficiências, Incapacidades, e Necessidades Especiais.	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
39.	Propriedade Intelectual e Patente	Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.
40.	Questões ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
41.	Recursos hídricos	Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos
42.	Resíduos sólidos	Ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.
43.	Saúde Animal	Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.
44.	Saúde da Família	Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.
45.	Saúde e Proteção no Trabalho	Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
46.	Saúde Humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.
47.	Segurança Alimentar e Nutricional	Incentivo à produção de alimentos básicos, autoabastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.

48.	Segurança Pública e Defesa Social	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.
49.	Tecnologia da Informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
50.	Desenvolvimento Humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, linguística, (letras e artes), visando à reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano, espiritualidade e religiosidade.
51.	Terceira Idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto enfocado na ação pessoas idoso e suas famílias.
52.	Turismo	Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.
53.	Uso de Drogas e Dependência Química	Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

Fonte: Adaptada de Disponível em: <<http://renex.org.br/documentos.php>>. Acesso em: 01/09/2015.

ANEXO B

CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Grupo	Classificação	Definição
Serviço Eventual	Consultoria	Análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do quadro, acerca de situação e/ou temas específicos.
	Assessoria	Assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do quadro, graças a conhecimento específico.
	Curadoria	Organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro.
	Outros	Incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e outras prestações de serviço eventuais.
Atendimento em Saúde Humana	Consultoria Ambulatorial	Consulta ambulatorial ou domiciliar programada, prestada por profissionais da área da saúde.
	Consultoria de Emergência e Urgência	Consulta em situação que exige pronto atendimento (emergência e urgência).
	Internações	Atendimento a pacientes internados.
	Cirurgias	Intervenções cirúrgicas (hospitalares e ambulatoriais).
	Exames Laboratoriais	Exames de patologias clínica e anatomopatologia.
	Exames Secundários	Radiologia, ultra-sonografia, e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.
Laudos	Laudos Técnicos	Exame pericia e laudos realizados pelas diversas áreas da instituição de educação superior que oferece serviço permanente, envolvendo pessoal do quadro. Inclui: análise farmacológica, qualidade de produtos, laudos médicos, psicológicos, antropológicos, pericia ambiental entre outros.
Atendimento Jurídico e Judicial	Atendimento Jurídico e Judicial	Atendimento a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.
Atendimento ao Público em Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia	Espaços e Museus Culturais	Atendimento a visitantes em museus e centros de memórias, ao público em espaços culturais das IES.
	Espaços e Museus de Ciências e Tecnologia	Atendimento ao público em espaços de ciências e tecnologia das IES, como observatório astronômico, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores e laboratórios, etc.
	Cineclubes	Atendimento ao público em cineclubes das IES.
	Outros Espaços	Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.
Atividade de Propriedade Intelectual	Deposito de Patentes e Modelos de Utilidades	Deposito e registro de patentes.
	Registro de marcas e <i>softwares</i>	Registro de marcas e softwares.
	Contratos de Transferência de Tecnologia	Contrato de transferência de direito sobre tecnologia.
	Registro de Direitos Autorais	Registro de direitos autorais.

Fonte: RENEX (2015).

ANEXO C

CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PUBLICAÇÃO E OUTROS PRODUTOS ACADÊMICOS

Classificação	Definição
Livros	Produção efetivada (não incluir no prelo); inclui tradução de livros.
Anais	Anais de eventos científicos publicados.
Capítulos de livro	Produção efetiva (não incluir no prelo); incluir composição e arranjos editados e divulgados.
Artigos	Inclui artigos em periódicos nacionais e estrangeiros e trabalhos completos em congresso publicados em anais.
Comunicação	Inclui comunicações e resumos publicados em anais de eventos científicos.
Manual	Inclui cartilhas, livrete ou libreto, fascículos, cadernos.
Jornal	Periódicos de divulgação de notícias, entrevistas, comentários e informações. Inclui boletim periódico.
Revista	Revistas e outros periódicos semelhantes editados.
Relatório Técnico	Textos completos voltados para divulgação restrita: publicações ou relatórios de produção, relatório de tecnologias e de metodologias de extensão, teses e dissertações de docentes, memoriais de concursos relatórios técnicos.
Produtos audiovisuais – Filme, Vídeo, CD's, DVD's, Outros	Filmes, Vídeos, CD's produzidos/criados pelas IES. Outros produzidos audiovisuais não classificados nos itens anteriores. Inclui: Fitas cassetes, discos, etc.
Programas de Rádio e TV	Programas produzidos com caráter de difusão em Rádio. Programas produzidos com caráter de difusão em TV.
Aplicativos para computador	<i>Softwares</i> produzidos pelas IES.
Jogo Educativo	Jogos educativos criados ou produzidos pelas IES.
Produtos Artísticos	Inclui: partituras, arranjos musicais, gravuras, textos teatrais, entre outros.
Outros	Outras participações e produtos acadêmicos não classificados nos itens anteriores.

Fonte: RENEX (2015).